



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REITORIA

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

### **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPPD NO ANO DE 2016**

Aos quinze (15) dias do mês de fevereiro (02) de dois mil e quinze (2016), as dez (10) horas, na Sala de Reuniões da CPPD - Reitoria, atendendo à convocação do Presidente, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, eleitos para o mandato de 2014 a 2017, estando presentes os membros titulares Milson Lopes de Oliveira, Maria de Fátima Ferreira Pinto, Lívia Rohr Cardoso, Paulo Arnaldo Fantin, José Marcos Stelzer Entringer, Marcônio Pereira de Magalhães, Adriano Mesquita Oliveira, a suplente Prof(a). Glória Maria de Farias Viegas Aquije e o suplente Prof. Luiz Soneghet Nascimento, convocados para tratar do seguinte item de pauta: 1. Informes, RSC e outros. 2. Eleição da mesa diretora para o ano de 2016. 3. Aprovação do calendário de reuniões da CPPD em 2016. 4. Resposta ao MPF. 5. Distribuição de processos de afastamento e progressão, entre outros. O Presidente abriu a reunião e solicitou ao Secretário a verificação da existência de quórum mínimo, que foi atendido. O secretário realizou a leitura das 3 (três) últimas Atas de reuniões que estavam pendentes de aprovação. A ata que estava pendente de aprovação por estar faltando decisões dos processos de relatoria do Prof. Paulo A. Fantin foi aprovada sem a inclusão dos pareceres, sendo apenas citados na Ata (decisões 454 CPPD/2015 a 471 CPPD/2015), sem os respectivos números dos pareceres e das decisões tomadas. Após todas as retificações sugeridas e efetivadas, foram aprovadas por unanimidade as 3 (três) últimas Atas e liberadas para publicação. Em seguida o Presidente da CPPD iniciou com o primeiro item da pauta: 1. Informes, RSC e outros. Momento que passou a palavra à Prof(a). Lívia Rohr Cardoso. Ela disse que trabalhou bastante no final do ano passado, 2015, na subcomissão de RSC e que a maioria dos sorteios tem contemplado avaliadores do nordeste brasileiro, disse também que alguns processos chegam a ser sorteados até 30 vezes, seja por não aceite dos avaliadores ou por não responder tempestivamente. Disse ainda que existem atualmente 64 processos de RSC pendentes de decisão, quando finalizou dizendo que a grande dificuldade encontrada é a falta de pagamento dos avaliadores e que estaria prometida para o mês de março do presente ano. Nesse momento a Prof(a) Maria de Fátima Ferreira Pinto pediu a palavra e foi atendida. Disse que a instituição tem deixado a subcomissão de RSC passar saia justa junto aos avaliadores, por não cumprir com o pagamento, no prazo repassado pelos membros da subcomissão aos avaliadores. Propôs inclusive a suspensão dos trabalhos de avaliação de RSC caso o pagamento dos avaliadores não ocorra até o dia 02.03.2016, mês para o qual foi novamente reagendado o pagamento. Disse ainda que três aposentados aceitaram participar como avaliadores de RSC e que, assim como os servidores que se encontram afastados, lhes são permitidos participar do processo, no entanto, não teriam direito de receber pela avaliação. O Presidente colocou em votação a proposta da Prof(a). Maria de Fátima Ferreira Pinto e que foi acatada pelos membros da CPPD. Foi sugerido o envio de uma Nota da

CPPD para responsabilizar quem de direito deve ser responsabilizado, pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos para o pagamento dos avaliadores, embora sejam reconhecidas as dificuldades financeiras por que passam as instituições. Nesse momento passou-se ao segundo item da pauta: 2. Eleição da mesa diretora para o ano de 2016. A Prof. Livia Rohr Cardoso sugeriu o retorno do Prof. Milson Lopes de Oliveira à presidência da CPPD. Momento que se abriu para comentários e considerações acerca da atuação da CPPD nos dois últimos anos. O Prof. Paulo A. Fantin disse que o Prof. Antelmo da Silva Júnior tem prejudicado o grupo da CPPD, pois, têm sobrecarregado de trabalho os demais membros, tendo sido apoiado pela grande maioria. O Prof. José Marcos Stelzer Entringer disse que não era apenas ele que vinha atuando de forma inadequada. Momento que o Prof. Paulo A. Fantin estendeu o problema para o atual secretário, e disse que embora tenha tido no passado uma atuação abaixo do que considera boa, vem melhorando muito nos últimos tempos. O Prof. Paulo A. Fantin disse ainda que vai fazer orientações técnicas para dar suporte à CPPD que vier a ser eleita posteriormente. Houve nesse momento intenso debate sobre as atuais regras para progressão funcional docente e muitas críticas a respeito delas, houve inclusive comparações com regras adotadas por outros Ifes, de outros estados, que são em geral muito mais simplificadas. O Prof. Milson Lopes de Oliveira sugeriu e reiterado pela Prof(a). Maria de Fátima Ferreira Pinto que a CPPD visite os *campi* para apresentar os trabalhos por ela realizados visando dar transparência e visibilidade das conquistas alcançadas pela CPPD, além da divulgação do que ainda não foi possível obter. Disse ainda que uma dificuldade de grande parte das pessoas do Ifes é entender que os quadros da instituição mudam. Os ocupantes se vão e os cargos permanecem. Pois, muitas vezes foi questionado sobre assuntos que não lhe cabia responder, pois achavam que era eterno presidente da CPPD, por ter ocupado o cargo uma vez. Após ser aclamado presidente da CPPD, o Prof. Milson Lopes de Oliveira teceu considerações a respeito de sua futura gestão e concluiu dizendo que muitas coisas deveriam mudar. Nesse momento foi eleita a nova mesa diretora da CPPD para o mandato de 2016, sendo composta pelos membros: Presidente - Prof. Milson Lopes de Oliveira, Vice-Presidente - Paulo Arnaldo Fantin e Secretário - José Marcos Stelzer Entringer. Nesse momento foi também aprovado pelo plenário o afastamento temporário do membro titular Antelmo da Silva Júnior pelo prazo de 90 dias, solicitado pelo professor. O plenário deu posse ao membro suplente Prof(a). Glória Maria de Farias Viegas Aquije como titular e convocou o membro o Prof. Luiz Soneghet Nascimento para substituição do Prof. Antelmo da Silva Júnior pelo período de duração do seu afastamento. Em seguida passou-se ao próximo item da pauta, 3. Aprovação do calendário de reuniões da CPPD em 2016. Após debates ficou aprovado o seguinte calendário de reuniões ordinárias da CPPD para o ano de 2016: dias 15 e 29 de fevereiro, 14 e 28 de março, 11 e 25 de abril, 09 e 23 de maio, 13 e 27 de junho, 04 e 18 de julho; 01, 15 e 29 de agosto, 12 e 26 de setembro, 03, 17 e 31 de outubro, 14 e 28 de novembro, 05 e 12 de dezembro. Em seguida foi tratado o próximo item da pauta: 4. Resposta ao Ministério Público Federal - MPF. A Prof(a). Maria de Fátima Ferreira Pinto fez a leitura do ofício enviado à reitoria pelo MPF, em que um dos questionamentos era a respeito do tempo médio de julgamento de processos de progressão. O Prof. José Marcos Stelzer Entringer salientou que o secretário tem cumprido o seu papel e tem respondido aos e-mails a ele enviados solicitando informações sobre os trâmites processuais junto a CPPD. O Prof. José Marcos Stelzer Entringer também comentou que alguns professores que tiveram os seus benefícios enquadrados em “exercício anterior” provavelmente iriam mover ações judiciais para reparação de eventuais danos contra a CPPD/Ifes. O Prof. Milson Lopes de Oliveira fez leitura de comentários via “WhatsApp” de

colegas a respeito da atuação da CPPD, em que constam reclamações a respeito da demora dos trâmites e o problema do “exercício anterior”. Houve inclusive sugestões para que os processos fossem avaliados nos próprios *campi* ou através de meios eletrônicos, como são feitos os processos de RSC. No entanto, houve também ponderações de outros colegas que reconhecem o trabalho do coletivo e que muito se deve a sobrecarga de trabalho imposta aos membros da Comissão. Percebem tratar-se mais de um problema institucional. O Prof. José Marcos retomou o tema foco da discussão e apresentou os levantamentos realizados pelo secretário da CPPD sobre o processo em evidência. Disse que o processo foi aberto no dia 05 de julho de 2015, tendo dado entrada no protocolo para ser distribuído para relatoria do Prof. Paulo A. Fantin somente no dia 14 de setembro de 2015, e, portanto, demorado mais de dois meses para chegar à CPPD. Questionado pelo ex-presidente da CPPD José Marcos Stelzer Entringer sobre a demora no julgamento dos processos que estavam sob sua responsabilidade e pelo não envio ao secretário dos pareceres e decisões dos processos julgados sob sua responsabilidade, para que pudesse arquivar e finalizar a Ata, o Prof. Paulo A. Fantin justificou que embora tenha trazido os processos para julgamento por várias semanas, o motivo era de não lhe ter sido permitido realizar a apresentação da relatoria dos processos, pelo fato do Presidente sempre dar preferência de julgamento, como exemplo, à Prof(a). Glória Maria de Farias Viegas Aquije. Disse ainda que deixou preparado todos os pareceres já impressos para que fossem preenchidos à mão e que não guardava consigo os arquivos na forma digital, motivo pelo qual não forneceu os dados ao secretário. O Prof. José Marcos Stelzer Entringer disse que sua justificativa era infundada, pois, nunca, deixou de julgar seus processos pelos motivos apontados pelo Prof. Paulo A. Fantin, como nenhum outro membro da CPPD, por questões de preferência à relatoria da Prof(a). Glória Maria de Farias Viegas Aquije ou outro membro. Disse ainda que o Prof. Paulo A. Fantin descumpriu o acordado com os demais membros pelo não envio ao secretário das decisões e pareceres na forma digital, tendo agido de forma arbitrária na confecção de seus pareceres e decisões somente na forma impressa. O Prof. Milson Lopes de Oliveira disse que o Prof. Paulo A. Fantin acabou se descuidando de forma consciente ou inconsciente; e que para a questão do prazo médio de julgamento dos processos, deveria ser feito o levantamento de todos os processos que foram julgados no ano de 2014 e 2015 e considerando ainda que as reuniões da CPPD ocorrem quinzenalmente, para apresentar o tempo médio de julgamento ao MPF. O Prof. Milson Lopes de Oliveira reforçou que as visitas aos *campi* são necessárias para mostrar a situação que se encontra a CPPD. Disse ainda que paira dúvidas sobre a conduta dos gestores do Ifes na visão do Ministério Público Federal – MPF, por fatos ocorridos no passado e que ficam de sobreaviso sobre qualquer eventual nova irregularidade informada. Sobre o processo em apreço nº 23.152.000574/2015, do *Campus* Cariacica, já foi julgado e inclusive já saiu publicada a Portaria de progressão funcional do servidor com efeitos financeiros retroativos. A Prof(a). Livia confirmou ainda que o servidor está recebendo os retroativos referentes ao mês de julho de 2015. O Prof. Milson Lopes de Oliveira disse que vale a pena registrar que o prazo não está vinculado à entrada do processo nas CSPPD dos *campi*, ou seja, somente passa a contar quando o processo chega a CPPD e é distribuído. Nesse momento, às 12h, houve a interrupção da reunião para o almoço. No retorno do almoço, às 13h, reiniciou-se a reunião e foi discutida a distribuição do horário para os trabalhos nas reuniões ordinárias da CPPD. E um novo horário a ser proposto tinha finalidade de aumentar a produtividade dos trabalhos da CPPD e devia ser um pacto entre os membros no sentido de se evitar ao máximo as reuniões extraordinárias, que em geral, eram marcadas com o intuito de somente julgar processos. E o novo horário proposto deveria

ser experimentado por um período de dois meses, como teste de sua eficácia. Os horários de funcionamento da CPPD nos dias de reunião ordinária passam a ser: 9h às 10h - Assuntos Gerais; 10h às 12h - Julgamento de processos; 12h às 13h - almoço; 13h às 15h - Julgamento de processos e de 15h às 17h - Trabalhos Internos. Com relação à distribuição dos processos para os membros da CPPD ficou acordado o seguinte: membros da subcomissão de RSC (atualmente Prof. Luiz Soneghet, Prof(a). Lívia Rohr Cardoso e Prof(a). Maria de Fátima Ferreira Pinto) receberão o equivalente a uma cota de processos que seria distribuída a cada um dos demais membros, que será de 5 (cinco) processos por membro que deverão estar prontos para julgamento na reunião seguinte à distribuição. Ao secretário da CPPD será distribuído o equivalente a meia cota de processos distribuídos para a maioria dos membros. O Prof. Adriano Mesquita Oliveira solicitou que a assinatura de entrada de processos na CPPD ocorra apenas quando for distribuído para julgamento, o que já era consenso para todos; para que eventuais atrasos ocorram no protocolo e não na mão daquele que for responsável pela relatoria nos julgamentos dos processos. Segundo levantamento dos processos realizado pela Prof(a). Maria de Fátima Ferreira Pinto verificou um acúmulo de 87 processos desde dezembro de 2015. No entanto, ficou acordado entre os membros da CPPD, que estes processos deveriam ser distribuídos e julgados nas duas próximas reuniões ordinárias da CPPD. Foi discutido ainda sobre a necessidade de se elaborar um modelo de parecer unificado para todos os membros, ficando mantido o modelo atual para as diversas situações com exceção da progressão funcional que adotará um modelo advindo da junção entre os modelos adotados pelos Prof. Paulo A. Fantin e do Prof. Adriano Mesquita Oliveira e que eles deveriam chegar a um modelo consensual que deveria ser proposto e aprovado pela CPPD. Ficou acordado ainda que os pareceres, na versão final em pdf, devem ser entregues ao secretário da CPPD ao final da reunião e que a versão preliminar da Ata já deverá estar concluída até o final da reunião, no mesmo dia. Neste momento o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião e, para constar, eu, Marcônio Pereira de Magalhães, secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos demais membros da Mesa Diretora e por todos aqueles que concordarem com o seu teor e assim o desejarem.

José Marcos Stelzer Entringer  
Presidente da CPPD

Marcônio Pereira de Magalhães  
Secretário da CPPD

Membros Titulares

Maria de Fátima Ferreira Pinto	
Antelmo da Silva Junior	
Milson Lopes de Oliveira	
Lívia Rohr Cardoso	
Adriano Mesquita Oliveira	
Paulo Arnaldo Fantin	
Gloria Maria de Farias Viegas Aquije	

Membro Suplente

Luiz Soneghet Nascimento	
--------------------------	--